

***Notícias de falsos vendavais: o golpe do Estado Novo de 1937 e o discurso de junho de 1940 nos jornais estadunidenses***

***News of false foreclosures: the coup of the New State of 1937 and the speech of June 1940 in the American newspapers***

***Noticias de falsos vendavales: el golpe del Estado Nuevo de 1937 y el discurso de junio de 1940 en los diarios estadounidenses***

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins<sup>1</sup>

**Resumo:** Analisar como a repercussão de dois episódios da política brasileira (o golpe de 10 de novembro de 1937 e o discurso de Getúlio Vargas de 11 de junho de 1940), por parte dos principais jornais estadunidenses, afetou a imagem do país nos EUA. Ademais, serão analisadas as medidas adotadas pelo governo brasileiro para contornar os problemas desencadeados à imagem do país pela imprensa estrangeira nos casos citados.

**Palavras-chave:** Estado Novo, imprensa internacional, política externa.

**Abstract:** To Analyze how the repercussion of two episodes of Brazilian politics (the coup d'état on November, 10, 1937 and the speech of Getulio Vargas on June, 11, 1940), by the main U.S newspapers, has affected the country's image in the U.S. Moreover, the measures adopted by the Brazilian government to solve the problems caused to the image of the country by the foreign press in these cases will be analyzed.

**Keywords:** New state, international press, foreign policy.

**Resumen:** Analisis como una repercusion de dois episódios da politica brasileira (o golpe de 10 de novembro de 1937 y discurso de Getúlio Vargas de 11 de junio de 1940), por parte de los dos principales estadunidenses, una imagen de un país nos EUA. Ademais, serão analisadas como medidas adotadas para el gobiernobrasileño para contornar los problemas desencadenados a la imagen del país pela imprensa estrangeira nos casos citados.

**Palabras clave:** Estado Novo.Prensa internacional.Politica externa

## **Considerações iniciais**

“Estados modernos gastam grandes quantias de dinheiro para saber como outros países os veem. Recorrem a interceptações de telefones de altos funcionários, à análise de editoriais de jornais e chegam mesmo a financiar pesquisas de opinião”. (SKIDMORE, 1994).

A reflexão do historiador Tomas Skidmore, acima exposta, é o ponto de partida deste artigo. Como o autor assevera, uma forma corrente de mensurar a reputação de uma nação reside na análise de cobertura dos jornais estrangeiros. Deste modo, o estudo da imprensa no campo da história das relações internacionais permite ao pesquisador perscrutar um indicativo de debate público e de “tendências de opiniões publicadas” (BECKER, 2003, p. 196) sobre o país no exterior. A imprensa desempenha papel importante na medida em que “espelha e ou induz” a formação de opiniões ou tendências perante a coletividade (MANZUR, 2009, p. 29-30). Assim, o poder da imprensa se efetiva pela influência exercida pelos jornais na formação da opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política (PARK, 2008).

O jornal, cujo público-alvo se dirige à heterogeneidade, na casa de centenas de milhares de consumidores, é uma fonte importante para os pesquisadores das relações internacionais, pois, no âmbito das notícias, esses veículos noticiosos necessitam informar o maior número de reportagens, notas e artigos em geral num prazo relativamente curto, pautando, deste modo, matérias para outros segmentos da imprensa. Além disso, são capazes de influenciar a agenda nacional de debates, “intervêm ou influenciam o voto dos políticos, rearranjam as informações, hierarquizando-as, são, portanto, testemunhas dos eventos mais importantes de seu tempo e hoje são repositórios de informações do qual os historiadores não podem prescindir” (MOLINA, 2007, p.11-12).

Assim, a cobertura jornalística de alguns eventos específicos – como a deflagração do golpe de 1937 e o discurso de 11 de junho de 1940 – analisada neste artigo, tem intuito de entender as reações dos jornais estadunidenses aos fenômenos políticos brasileiros e à repercussão desses episódios como suporte na leitura sobre o Brasil pelos diplomatas e demais autoridades brasileiras preocupadas com a imagem do país no estrangeiro.

### **Primeiro vendaval: o golpe do Estado Novo, de 1937**

“Brasil, um Estado corporativo”; “Vargas tem todo o poder”; “Washington está preocupada”. Eram títulos de reportagens que invadiam a imprensa dos EUA no final do outono de 1937. As notas sobre esportes, cotidiano, os preparativos para mais um dia de Ação de Graças e/ou Natal agitado eram acompanhados por notícias pouco ordinárias vindas dos trópicos. Aquele imenso país, tão grande quanto os Estados

Unidos, foi atingido por um vendaval político chamado Estado Novo. Os termos: *fascismo*, *totalitarismo* e *ditadura* foram utilizados para caracterizar os eventos no final de 1937.<sup>ii</sup> A imprensa estrangeira, especialmente a dos Estados Unidos, teceu inúmeros comentários, a maioria deles negativos, sobre o caminho político brasileiro, principalmente após a deflagração do golpe de 1937 (HILTON, 1994).

Da Capital Federal, no dia seguinte ao anúncio do Estado Novo, o jornal *Washington Post* anunciava com destaque de primeira página: “Fortalecimento do poder”; “Golpe no Brasil dá função virtual de ditador”; “Vargas é o virtual ditador do Brasil; Congresso está fechado”.<sup>iii</sup> As notícias sobre a política brasileira apareceram de forma constante durante o mês de novembro de 1937.<sup>iv</sup>

O jornal *The New York Times* destacou-se pela ampla cobertura dos eventos brasileiros. Em 11 de novembro 1937, a manchete de primeira página estampava: "Estados Unidos temem que o fascismo possa se espalhar entre os países latino-americanos; inquietação é sentida também para que as ditaduras em outros hemisférios tentem incluir os governos ocidentais em suas órbitas".<sup>v</sup> O impacto da deflagração do golpe de 1937 aparece na primeira página do mesmo jornal em cinco edições, além de ser retratado praticamente todos os dias do mês de novembro de 1937.<sup>vi</sup>

A leitura do golpe de 1937 no jornal *The New York Times* ilustra o impacto difuso daquele evento na imprensa. De um lado, longe da censura brasileira, escrevia o chefe dos correspondentes na América Latina, John White, que, de Buenos Aires, alertava para o caráter “pseudo-fascista” do movimento; da atuação da censura sobre o trabalho dos correspondentes internacionais que atuavam no Brasil; do apoio alemão ao novo regime brasileiro e dos desafios de centralizar o poder nas mãos de Getúlio Vargas.<sup>vii</sup>

De outro lado, o correspondente do jornal nova-iorquino no Brasil, Frank Garcia, em posição delicada por residir na Capital da República brasileira, tentou tranquilizar os leitores do *The New York Times* ao descrever um olhar “simpático” ao governo. O jornalista, por telefone, disse que a mudança de regime agradou a população, “as pessoas pareciam felizes” – comentou Garcia – pelo fato de, na sua visão, não ter sido registrado incidentes no dia 10 de novembro. Sobre a repressão, ele comentou:

Eu posso dizer que, embora tenha havido censura, eu não tive dificuldades em enviar matérias ao *The New York Times*. Elas foram telegrafadas sem nenhum problema. Essa nova Constituição configura

o Estado um tanto Fascista, mas não inteiramente. É mais democrático que fascista. Na verdade, é nacionalista.<sup>viii</sup>

O depoimento “tranquilizador” de Frank Garcia foi exceção. De certa forma, as expressões utilizadas pela imprensa estadunidense podiam lembrar o fantasma da Primeira Guerra Mundial, na qual os *ianques*, sob o idealismo wilsoniano, perderam muitos homens pelo “bem comum”, cujo resultado não agradou à sociedade e resultou numa postura isolacionista em relação à Europa no pós-guerra. A ameaça de regimes de cunho fascista na pacata América Latina, área de influência estadunidense, pode ter assustado os editores dos jornais e, conseqüentemente, seus leitores.

Surpreendido com a notícia do golpe de 1937, contada via telefonema na manhã de 10 de novembro, o embaixador Oswaldo Aranha avaliou o impacto desse evento na imprensa estadunidense como reflexo do clima de beligerância no mundo em que o Brasil se tornou alvo do sensacionalismo dos jornais.

[...]Foi uma enxurrada de ofensas, de falsidade e de notícias fantásticas. É inacreditável como este país se fala e se escreve sobre os demais países. É uma velha usança da imprensa americana escrever, opinar e palpitar por ouvir dizer e contar. Todo o meu esforço tem que ser, pois, para esclarecer esta multidão de jornais e jornalistas, procurando modificar o ambiente criado em torno da tua pessoa e dos acontecimentos. O próprio Getulinho veio para os jornais, suas fotografias, sua vida, seus estudos.<sup>ix</sup>

Segundo o embaixador Aranha, o ambiente criado com a notícia do golpe foi hostil ao Brasil, pondo o país no alvo das especulações da imprensa estadunidense, que, ávida por novidades, não poupou a privacidade do filho caçula de Vargas, Getúlio Vargas Filho, estudante de Engenharia Química na Universidade Johns Hopkins, em Baltimore.<sup>x</sup> A inquietação de Oswaldo Aranha residia não apenas na exposição da família Vargas, mas também nos anúncios presidenciais, principalmente a suspensão da dívida externa, que acirrou os ânimos dos mais de 230 mil *ianques* possuidores de títulos brasileiros, alarmados não com a mudança de regime, mas sim com a inadimplência do governo brasileiro para com os credores internacionais.

Do Brasil, logo que se seguiu o golpe, o governo procurou cercar-se de elementos para combater à má impressão do regime no exterior. O chanceler brasileiro Mário de Pimentel Brandão tratou de montar uma operação de guerra de informação para acalmar os ânimos das autoridades de outras nações por meio de cartas circulares em 11 de novembro,<sup>xi</sup> como aquela expedida para solicitar a repercussão dos acontecimentos políticos brasileiros, reafirmando a “completa ordem e tranquilidade em todo território nacional”.<sup>xii</sup> O próprio presidente Vargas, na noite de 13 de novembro,

fez um pronunciamento exclusivo ao jornal *The New York Times* para explicar os eventos de 10 de novembro.

Para Getúlio Vargas, cada nação detém o “incontentável direito” de resolver seus problemas de acordo com suas necessidades. No caso, o regime de 1937 foi um “movimento lógico” de combate as táticas do comunismo internacional que “corrompiam” certas figuras brasileiras de feitio “fraco ou ambicioso”. Por isso, explica o presidente, foi necessário estabelecer uma nova constituição que abolisse a “propaganda comunista” e centralizasse as ações do governo brasileiro. Essa Carta Magna não seria de natureza fascista, ela “manteria os dogmas democráticos dentro de uma estrutura social e nacionalista”. O governo, portanto, preservaria a ordem interna e respeito aos compromissos internacionais.<sup>xiii</sup>

Essas ações se tornaram necessárias devido à preocupação do governo estadonovista com as reações das autoridades estadunidenses, atônitas com o evento de 10 de novembro de 1937. Assim que soube da notícia do golpe, o embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, enviou telegrama ao Secretário de Estado, Cordell Hull, para explicar os movimentos brasileiros. Caffery reiterou que fora informado do novo governo antes de qualquer outro embaixador, o que sugere, por meio desse tratamento especial, a manutenção dos compromissos políticos para com os Estados Unidos. No telegrama, o embaixador afirma que o golpe foi o clímax de um cuidadoso plano de Getúlio Vargas.<sup>xiv</sup>

O secretário Cordell Hull, por sua vez, ponderou que a imprensa tinha reagido imediatamente ao anúncio do golpe, enfatizando a natureza fascista do regime e se haveria alguma relação com o eixo Roma-Berlim. Para evitar maiores prejuízos à imagem do Brasil, o subsecretário de Estado, Summer Welles, foi designado para conversar pessoalmente com alguns editores de jornais e correspondentes das agências *ianques United Press, Associated Press e Havas* para desmentir qualquer suspeita dos acontecimentos brasileiros serem relacionados à ofensiva fascista europeia. Além disso, ele enfatizou as relações amigáveis entre os dois países, não havendo, por conseguinte, razão para qualquer rompimento.<sup>xv</sup>

Em 17 de novembro, o ministro interino das Relações Exteriores, Mário de Pimentel Brandão, enviou carta circular às missões diplomáticas estrangeiras no Brasil, tecendo considerações acerca do novo regime político brasileiro. A reiterada afirmação da insubmissão “aos ditames de nenhuma ideologia exótica” e a permanência da tradicional política externa brasileira fiel aos ideais “democráticos, pacifistas e pan-

americanistas”,<sup>xvi</sup> demonstra necessidade de manutenção das boas relações para com os EUA.

A embaixada brasileira, por intermédio de Oswaldo Aranha, logo se dispôs a criar uma política de contrainformação para conter os ânimos da imprensa dos EUA, concedendo maior número de entrevistas à imprensa, visitas às universidades (SEITENFUS,2003), reuniões e almoços com representantes de várias instituições – a exemplo da União Pan-americana e *Rotary Club*– a fim de desfazer mal-entendidos. Uma dessas ações foi um almoço reservado com mais de cem jornalistas das maiores gazetas dos Estados Unidos.<sup>xvii</sup> Em caráter sigiloso, no dia 29 de novembro, o Embaixador narrou as três horas de discussão com os representantes dos jornais:

Passamos três horas de discussão franca, nas quais, tenho a certeza [que] tudo fiz para esclarecê-los e para defender a situação atual. [...] tudo é secreto e nestes últimos 16 anos não se registrou um só caso de violação do segredo dessas discussões. Comecei mostrando que a atitude da “*American Press*” Primeiro revelava completa ignorância da nossa vida e até da nossa geografia; segundo era injustiça, e terceiro “*helpless*”, conforme eu iria demonstrar no comentário que me propunha fazer dos artigos dos “*leading newspapers*” publicados nos grandes jornais do país<sup>xviii</sup>.

A argumentação de Oswaldo Aranha se fundamentou no tripé: *ignorância*, *injustiça* e *incapacidade (helpless)* da imprensa estadunidense em avaliar os novos rumos políticos brasileiros.

Primeiro, o embaixador condenou o desconhecimento dos jornalistas em assuntos brasileiros. Dispondo de estatísticas, refutou críticas sobre a grande imigração alemã e italiana no Brasil, firmou também que a nova Constituição brasileira não fora baseada nas Cartas Magnas de concepção fascista.

O segundo eixo tratou da “injustiça” da abordagem dos jornais estadunidenses para com o Brasil. Segundo Aranha, deveria haver um critério da reciprocidade, uma vez que a imprensa brasileira fazia uma cobertura favorável a todos os eventos nos Estados Unidos, procurando “ser amiga” daquele país. Contudo, devido aos recentes acontecimentos de “desfiguração” dos “fatos brasileiros” por parte dos jornais *ianques*, ela começava a “dar mostras do seu ressentimento”, ou seja, haveria um revide que poderia prejudicar a imagem da república norte-americana no Brasil. Ações da imprensa como essa – alertou Oswaldo Aranha – poderiam “promover a guerra e perturbar a paz dos povos, fazer o mal e evitar o bem, em contraste com a ‘diplomacia’ que,

praticamente, estava reduzida em seu prestígio, em sua eficiência e até em maquinações”, em razão da tendência belicista daqueles anos de 1930.

O terceiro eixo procurou atingir a veracidade dos fatos descritos pelos jornais dos EUA.

O nosso trabalho de dissecação dos jornais americanos é completo, pois estou recebendo tudo quanto se publica sobre nosso país nos 12 mil jornais deste país e no sem número de “magazines”. Creio que nosso trabalho surpreendeu os próprios jornalistas, quer porque aponte os erros geográficos, os absurdos, os disparates, como porque, graças a um esforço brutal, mostrei-lhes vários casos de “*apology*”.<sup>xxix</sup>

Citando vários casos de erros cometidos pelos jornalistas, alguns deles, inclusive, resultaram em prejuízos aos veículos de imprensa, como foi o caso da revista *Life* que publicou uma suposta reclamação das empresas Ford e Goodyear que obtinham borracha do Brasil, “apesar do incômodo de trabalharem com gananciosos e extravagantes políticos brasileiros”.<sup>xxx</sup> Oswaldo Aranha afirmou ter exigido dessas empresas atitude frente às acusações publicadas, segundo ele, ambas não só protestaram, como também suspenderam seus anúncios,<sup>xxxi</sup> obrigando o presidente das três revistas (*Fortune, Time e Life*) a procurá-lo na Embaixada a fim de solicitar a não retaliação à Ford e Goodyear, “inocentes no caso” no Brasil.<sup>xxii</sup>

Após argumentação, o embaixador respondeu questões dos jornalistas, a maioria delas, como ele previra, se referiram a três declarações de uma entrevista do ministro Francisco Campos ao jornal *Correio da Manhã*,<sup>xxiii</sup> reproduzidas no *The New York Times*: a de que ignorância do povo brasileiro não permitiria a prática da democracia; da inclusão do Brasil na esfera dos Estados corporativos e totalitários, e a mais polêmica, que “a legislação do presidente Roosevelt é nos moldes autoritários”.<sup>xxiv</sup>

Provavelmente, Francisco Campos tenha feito lembrar o trecho do discurso de Roosevelt, em 1936, em que fez alusão a Getúlio Vargas como um dos inventores do *New Deal* (LIMONCIC, 2009). O contexto, todavia, era outro. Um ano depois, o Brasil era visto como um estado de concepção fascista ou totalitária, como quis expressar Francisco Campos. Para Oswaldo Aranha, tais declarações foram inoportunas e infelizes, pois se incorporaram às acusações de intervencionista, atribuídas ao presidente Roosevelt pelos seus adversários, prejudicando também o governo brasileiro.<sup>xxv</sup>

Pelo visto, os esforços de Oswaldo Aranha foram bem-sucedidos. Pouco tempo depois, os ânimos da imprensa arrefeceram. Apesar de alguns contratemplos, como a péssima repercussão das declarações de Francisco Campos, o governo, mesmo sem

grandes somas destinadas a propaganda, fazia o que estava em seu alcance para reverter a imagem da ditadura varguista. Era mais uma tempestade vencida.

### **Segundo vendaval: o discurso de 11 de junho de 1940**

Ao contrário do evento anterior, a cobertura do discurso intitulado “No limiar de uma nova era”, proferido por Getúlio Vargas, a bordo do navio *Minas Gerais*, em 11 de junho de 1940, foi tratado por parte da historiografia como instrumento de barganha política com os Estados Unidos.<sup>xxvi</sup> Nele, o Presidente reafirmou a solidariedade continental no âmbito dos interesses comuns de defesa, o pan-americanismo. Apesar dos elogios, o ponto enaltecido pela imprensa dos EUA foi a crítica presidencial ao liberalismo e um elogio aos “povos vigorosos”, nacionalistas.

Essa fala foi interpretada, por setores da imprensa ianque, como resposta ao discurso de Roosevelt, considerado como o marco dos EUA na entrada da guerra, proferido no dia anterior (MCCANN JR., 1995). Havia, portanto, risco de uma aliança entre o regime de Getúlio Vargas com os países do Eixo para realização de objetivos concretos brasileiros.<sup>xxvii</sup>

Diferentemente da época do golpe de 1937, o contexto de 1940 era da sombra da guerra pairando sobre o Continente Americano. Naquele delicado momento, qualquer declaração poderia ganhar repercussões, muitas vezes, exageradas. As matérias jornalísticas indicam a tensão na sociedade estadunidense sobre uma possível ameaça alemã à América, exteriorizadas pelo dúbio discurso de 11 de junho.

De um lado, o jornal *The New York Times* destacou o assunto em sua edição de 12 de junho, com manchete de capa “Presidente Vargas apoia os viris”.<sup>xxviii</sup> A matéria comentou o discurso presidencial apontando prematuridade em tirar quaisquer conclusões. Frank Garcia, correspondente do jornal no Brasil, asseverou que se tratou de uma comunicação interna contra o liberalismo para enaltecer a força do novo regime (o que é provável). Posição diversa do correspondente John White, antigo desafeto do governo brasileiro (LINS, 2015), ao comentar que as declarações do Presidente reverberaram na imprensa sul-americana – em especial na Argentina – como demonstração do fascismo brasileiro expressado por setores do governo.<sup>xxix</sup>

No dia seguinte, o *The New York Times* comentou a cautela do governo estadunidense sobre o episódio. Em 16 de junho, o jornal noticiou que a situação se

normalizou com o discurso de Vargas no dia anterior, ao negar qualquer simpatia com o fascismo e reafirmação de sua lealdade aos EUA.<sup>xxx</sup>

Drew Pearson, autora coluna política mais lida da imprensa estadunidense à época *Washington Merry-Go-Round*, especializada em assuntos externos, curiosamente, não divulgou qualquer linha do discurso de 11 de junho. Provavelmente, a pedido do amigo do colunista, Oswaldo Aranha, na tentativa de diminuir o rastilho de pólvora provocado pela fala presidencial. Apenas no dia 15 de junho, sutilmente, Drew Pearson comentou sobre o evento, justificando como uma necessidade do presidente em agradar setores do Exército brasileiro, pois caso ele não tivesse aprovado a entrada da Itália na guerra, ele teria sido retirado do poder pelos militares.<sup>xxxi</sup>

De outro lado, alguns jornais tiveram posicionamento mais crítico sobre o episódio. O *Chicago Daily Tribune* afirmou, enfaticamente, no dia 12 de junho, que o pronunciamento era enaltecedor dos feitos fascistas e legitimador do totalitarismo, como atesta a manchete: “Ditador do Brasil apoia os povos de vigorosa força”.<sup>xxxii</sup> Apenas no final do mês de junho, o jornal noticiou a resposta de Getúlio Vargas sobre seu discurso.<sup>xxxiii</sup> O *The Washington Post* expôs a preocupação com o avanço fascista em suas matérias. No dia 12 de junho, as reportagens intituladas “América do Sul espantada” e “via totalitária é defendida por Vargas” expressaram a repercussão negativa, desde a imprensa de Buenos Aires, da fala presidencial como de natureza fascista.<sup>xxxiv</sup> O jornal *The Christian Science Monitor* também criticou a fala presidencial por meio da matéria “Vargas elogia objetivos fascistas ao declarar neutralidade”.<sup>xxxv</sup>

Essas críticas reverberaram nas sedes do poder executivo dos EUA e Argentina. Da Casa Branca, o próprio subsecretário de Estado, Summer Welles, soube do discurso por meio de um programa de rádio e logo telegrafou ao embaixador Jefferson Caffery a fim de saber do que se tratava.<sup>xxxvi</sup> A cúpula do Departamento de Estado, estarecida com a cobertura dos jornais sobre o episódio, temia que isso provocasse algum desconforto ao presidente Roosevelt, tendo em vista as reações no Capitólio.<sup>xxxvii</sup>

Enquanto na Casa Rosada, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, José Cantilo, telefonou ao embaixador dos EUA em Buenos Aires, Norman Armour, solicitando posicionamento dos EUA sobre o discurso de Getúlio Vargas. Assim como nos Estados Unidos, o presidente argentino, Roberto Ortiz, leu os trechos traduzidos pela *Associated Press*, o que, certamente, teve o mesmo impacto da leitura nos Estados Unidos.<sup>xxxviii</sup>

Nos Estados Unidos, em telegrama ao presidente Roosevelt, Summer Welles, precavendo algum embaraço ao presidente Roosevelt na conferência de imprensa semanal, informa-o sobre o conteúdo do discurso de Vargas, reiterando que a fala era para consumo interno. O Presidente não deveria, portanto, se preocupar com os trechos divulgados pela imprensa estadunidense. Ele foi aconselhado por Welles a fazer algum pronunciamento de amizade ao Brasil à imprensa dos EUA para “acalmar o clima”<sup>xxxix</sup>. Na sexta-feira, 14 de maio de 1940, data da conferência de imprensa, Summer Welles telegrafou novamente ao Presidente para lembrá-lo das declarações positivas ao Brasil.

Diante das inquietações do Departamento de Estado, o Embaixador Caffery informou que a entrada da Itália na guerra preocupou o governo brasileiro em relação à atitude da população italiana e alemã no país. O discurso de Vargas era, portanto, um instrumento de uso interno a fim de apaziguar esses grupos. O problema, segundo Caffery, foi que a agência *Associated Press* traduziu alguns “parágrafos desagradáveis” da fala presidencial, repercutindo desfavoravelmente no exterior, preocupando, inclusive, o presidente argentino, Roberto Ortiz.<sup>xl</sup> Para tirar quaisquer dúvidas, Jefferson Caffery traduziu e telegrafou o discurso completo ao Secretário de Estado.<sup>xli</sup>

Após troca de mensagens diplomáticas, inclusive entre o Embaixador na Argentina e o Departamento de Estado, percebeu-se que o problema residiu na crítica severa da imprensa estadunidense sobre o assunto, o que poderia, até mesmo, ser usado pelos países do Eixo contra os interesses estadunidenses.<sup>xlii</sup> Gérson Moura assevera que, embora o apoio brasileiro ao Eixo fosse remoto naquele momento, havia um risco do Brasil voltar-se à Alemanha, caso as “novas iniciativas do governo dos Estados Unidos fracassassem” (MOURA, 2012, p.66-67).

O impacto negativo gerado pelo discurso foi utilizado pela oposição a Getúlio Vargas para atacar o regime. De Buenos Aires, o jornalista Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, em carta a sua esposa, comemorava a péssima repercussão do episódio de 11 de junho na imprensa e nos meios políticos dos Estados Unidos.

[...] e eis que a imprensa daqui publica o resumo de um outro discurso, pronunciado 24 horas exatamente após a festa de Virgínia, e concebido em termos tais que não deixam a menor dúvida de que visa responder e refutar os conceitos expedidos pelo estadista yankee. A impressão aqui fora não poderia ser maior. E, segundo acabo de ver em telegramas chegados neste instante, nos EUA o efeito provocado foi tal que eclipsou totalmente a sensação causada pela notícia da entrada da Itália na guerra! Todos os grandes jornais de Washington e Nova Iorque dedicam-lhe comentários em termos os mais veementes e

encimados por títulos que ocupam a largura total das páginas. Senadores, deputados e demais personalidades se manifestam, mostrando-lhes indignados, uns, espantados, outros, e profundamente decepcionados os demais. Enfim, é o grande, o imenso acontecimento da hora! (MESQUITA & MESQUITA, 2006, p.163).

Em resposta, sua esposa, Marina de Mesquita, observou, de São Paulo, a repercussão do discurso. Disse ela que a sensação da fala presidencial, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi “de pânico”, enquanto as emissoras radiofônicas da Alemanha e de Moscou “exultaram”, em contraste com a opinião via rádio nos EUA (MESQUITA & MESQUITA, 2006, p.165).

Aproveitando-se da situação, Júlio de Mesquita encampou luta contra o regime do Estado Novo. Enviou duas cartas ao conceituado jornalista Walter Lippmann, na esperança de ganhar um forte aliado na imprensa estadunidense. Na primeira missiva, Mesquita elogiou comentário de Lippmann sobre o discurso de Vargas, publicado no jornal nova-iorquino *Herald Tribune* de 15 de junho de 1940. No ensejo, o remetente enviou um artigo de sua autoria, publicado em 1939 na revista parisiense *Espirit International*, em que analisa as posições de Vargas numa possível aliança com o Eixo (MESQUITA & MESQUITA, 2006). Ademais, Júlio de Mesquita solicitou ao eminente articulista apoio na oposição ao Estado Novo:

“Pois bem, prezado senhor, apesar de tudo, apesar dessa sequência medonha de erros, nada está perdido. Com um pouco de decisão e se homens como o senhor se dispusessem a agir, muitos erros poderiam ainda ser reparados. **Bastaria que o senhor persistisse na campanha jornalística que iniciou de forma tão magistral.** Seu nome é muito conhecido no Brasil e sua excelente obra, *A cidade livre*, muito divulgada nos meios políticos e intelectuais brasileiros”. (MESQUITA & MESQUITA, 2006, p.167) (grifos nossos).

A segunda carta, enviada em 23 de junho, Júlio de Mesquita retoma o assunto do discurso de 11 de junho para fomentar intrigas contra Oswaldo Aranha, acusando-o de ser aliado de Berlim por ter empossado Cyro de Freitas Valle, primo-irmão do ministro Aranha, ao posto de embaixador do Brasil na capital alemã. Além disso, Mesquita acusa outro primo-irmão de Oswaldo Aranha, Egydio de Souza Aranha, de ser *alter ego* de Plínio Salgado, organizador do fascismo brasileiro.<sup>xliii</sup>

Além de cartas, Júlio de Mesquita manteve reuniões de articulação política. Numa delas, com o diretor do jornal argentino *La Prensa*, Ezequiel Paz, foi marcado um encontro com o embaixador dos EUA em Buenos Aires, Norman Armour, no qual foram expostas declarações do exilado brasileiro contra o regime de Getúlio Vargas.<sup>xliv</sup>

Sobre o episódio do discurso, tecer-se-ão três observações.

Primeira, o estabelecimento da Argentina como *locus* da irradiação da imagem negativa brasileira, tanto por abrigar exilados políticos, quanto por sediar as agências de notícias e coordenadorias de correspondentes internacionais, o que tornava incontornável a censura à imprensa internacional. Aliás, Oswaldo Aranha, desde 1935, alertava para a origem platina das notícias desfavoráveis ao Brasil veiculadas na imprensa estadunidense, já que “Getúlio Vargas tinha conhecimento de onde partiu (imprensa platina) a ofensiva de boatos que serviu de fonte para exploração” nos Estados Unidos e Europa.<sup>xlv</sup>

Segunda, a afirmação de que o objetivo do discurso tenha sido o de pressionar o governo dos EUA a tomar uma posição definitiva em relação à construção da siderúrgica deve ser problematizada. Em pesquisa realizada nas correspondências diplomáticas estadunidenses,<sup>xlvi</sup> não foi encontrada relação direta entre a liberação de verbas à construção da siderúrgica e a repercussão do discurso de 11 de junho na cúpula política dos Estados Unidos. Essas negociações advinham – em ritmo lento, é verdade – desde de 1939, tendo sido finalizadas em setembro de 1940.<sup>xlvii</sup>

No fim de maio, ou seja, antes da data do discurso, as fontes apontam uma propensão dos EUA em firmar um acordo de cunho militar e industrial,<sup>xlviii</sup> sobretudo pelo receio do aceite brasileiro à proposta alemã no financiamento da usina siderúrgica, posta na mesa de negociações pelo Brasil (BANDEIRA, 2007). Um dia antes do discurso de Vargas, em 10 de maio, Drew Pearson apontava para o êxito do acordo da siderurgia, com a seguinte revelação na nota “O RFC empresta ao Brasil [recursos para a construção] da usina siderúrgica para prevenir penetração nazista”, como pode ser visto nesse trecho:

Washington - O sinistro espectro de atividades nazifascistas na América do Sul finalmente conquistou o tão procrastinado plano para uma siderúrgica americana no Brasil, aproveitando os ricos recursos minerais de Minas Gerais.

Jesse Jones do RFC [*Reconstruction Finance Corporation*] concordou em emprestar 10 milhões dólares para o governo brasileiro, talvez aumentar este número para 17 milhões dólares, se necessário. O governo brasileiro deve combinar contribuição dos EUA e contratar o *United States Steel Corporation* como seu agente para a construção e operação da usina.

Originalmente a *U.S Steel* tornar-se-ia parceira e investir algum capital. Mas a empresa ficou receosa com a situação internacional e recuou. Depois que Hitler propôs ao Brasil que a planta de munições da *Skoda* fosse transferida para lá, e uma vitória nazista na Europa

parecia estar iminente, o Departamento de Estado persuadiu Jesse Jones para agir”.<sup>xliv</sup>

Pelo conteúdo da coluna de Pearson, havia um movimento por parte do Departamento de Estado no sentido de acelerar as negociações com o Brasil por meio do empenho do RFC<sup>1</sup> na liberação de crédito governamental. Provavelmente, o discurso catalisou o receio de uma invasão nazista no Brasil e pode ter acelerado as negociações com os EUA (GREEN, 1971). Uma questão relevante é que o impacto do discurso de Getúlio Vargas, independentemente da intencionalidade do emissor, só produziu efeito porque foi veiculado pela imprensa dos Estados Unidos; ou seja, a mídia serviu como extensão das negociações protocolares, pois, sem a cobertura dos jornalistas na “publicização” das negociações aos leitores interessados, o discurso de Vargas seria inócuo, caindo no vazio dos telegramas de chancelaria.

Terceira, há de se ressaltar, no entanto, o fato de que o pronunciamento foi ineficaz no tocante à propaganda positiva do Brasil quando se observa sua repercussão perante a imprensa dos Estados Unidos, tendo em vista os esforços do governo brasileiro em desmentir o “conteúdo fascista” das palavras de Vargas via Itamaraty e DIP. Exemplo disso pode-se observar as ações do ministro das Relações Exteriores brasileiro que, ao saber da péssima repercussão da fala presidencial, sobretudo das insinuações de que o discurso de Getúlio Vargas fosse uma resposta ao pronunciamento de Roosevelt do dia 10 de junho, enviou carta circular às missões diplomáticas nos Estados Unidos para informar da publicação de resposta do governo brasileiro sobre o episódio.

[...] que amanhã será publicada explicação sobre discurso de ontem presidente mostrando que foram mal interpretadas afirmações suas dirigidas unicamente ao país esclarecendo que as de ordem internacional foram para reafirmar nossa decisão de completa cooperação e solidariedade com os países americanos.

Convém evitar exploração que dito discurso responde ao de Roosevelt, posto que já estava escrito quando presidente Estados Unidos pronunciou o seu.<sup>li</sup>

No dia seguinte, o Itamaraty remeteu o comunicado oficial, assinado pelo DIP, distribuído aos jornais:

O discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas a 11 do corrente não traz qualquer modificação à política internacional do Brasil. Teve por objetivo tão somente a vida interna do seu país e chamar atenção dos brasileiros para as transformações que se estão operando no mundo justificando assim a necessidade de se fortalecer o Estado econômica e militarmente. Procurou o senhor presidente da

República além disso alertar o espírito de seus patrícios prevenindo-os contra o desânimo e o pessimismo. Quanto a ideias gerais sobre organização política social e econômica o que disse reitera apenas afirmações anteriores. Este discurso é um aviso, um cha[ma]mento à realidade que só desconcerta os espíritos rotineiros acostumados à coisa feita das comodidades de todo dia. A política externa do Brasil é de inteira solidariedade americana na defesa comum do continente contra qualquer ataque vindo de fora. O nosso país por sua vez não intervém em conflitos europeus mantendo estrita neutralidade. As relações entre o Brasil e as outras nações da América principalmente os Estados Unidos nunca foram tão boas quanto agora. Exteriores.<sup>lii</sup>

O comunicado reforça as posições brasileiras de apoio ao pan-americanismo, neutralidade na guerra e de aliança com os Estados Unidos. O próprio presidente Vargas se mostrou irritado com a repercussão do discurso, afirmando não ter sabido do pronunciamento de Roosevelt em Charlottesville no dia 10 de junho.<sup>liii</sup> Getúlio Vargas, inclusive, tornou a falar sobre o mesmo assunto, em dia 29 de junho, rendendo, como previsto, mais amplitude para a imprensa dos EUA atacar o regime brasileiro.<sup>liv</sup>

Além das declarações protocolares, houve esforço em explicar aos estadunidenses o motivo daquele pronunciamento de junho, o que pode ter estimulado o apoio do Brasil ao programa de rádio de Drew Pearson (LINS, 2015), assim como por outros esforços de propaganda, como a veiculação de matéria na revista oficial do governo brasileiro *Brazil Today*, em resposta aos ataques impressos a Vargas, três meses após o episódio. Isso indica que a fala presidencial ainda ressoava na imprensa e em setores da sociedade estadunidense. Assim *Brazil Today* critica supostas especulações da imprensa com aquele discurso:

Se manchetes ocasionais em publicações sensacionalistas indicam um propósito de criar "notícias" sobre o Presidente Vargas e suas políticas, nós preferimos atribuí-las a erros de interpretação. **Em uma ocasião recente, um discurso proferido pelo Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, criou tais "notícias" no exterior simplesmente porque frases isoladas e palavras mal interpretadas foram erroneamente tomadas como expressões de apoio às políticas de violência.** Eram, na verdade, polidos lembretes aos brasileiros da necessidade da frente externa, em que pese a destruição em outros continentes.<sup>lv</sup> (Grifos nossos).

Adiante, a matéria de *Brazil Today* reforça a visão oficial sobre o contexto em que a declaração foi proferida – num momento de comemoração militar – sendo, portanto, aceitável o fato de que a fala presidencial fosse dirigida a esse setor,<sup>lvi</sup> porém a imprensa estrangeira teria omitido essa informação.

Esta frase por si só, o que não foi devidamente divulgada em todos os veículos da imprensa estrangeira, seria suficiente para sublinhar o desejo do presidente Vargas a preservar a solidariedade com os povos irmãos do Brasil. No entanto, a cooperação do Brasil na recente

Conferência de Havana demonstrou nosso verdadeiro espírito do pan-americanismo e da tendência real das políticas externas de Presidente Vargas.<sup>lvii</sup>

Além de reafirmar a posição brasileira ao lado das democracias ocidentais, a revista define a natureza do regime brasileiro como não totalitário, em oposição ao que era apregoadado por setores da imprensa estadunidense:

O líder do Brasil se destaca entre os chefes das principais potências do mundo como um homem que não tem nada em comum com aqueles que cobiçam grandeza, glória e conquistas. Suas ideias parecem estranhas, nos dias de hoje - precisamente porque elas não tocam nenhum extremo. Assim, suas próprias palavras, por vezes, adquirem significados não intencionais.

Suas meditações são especuladas, [bem como] suas conclusões são atingidas em flâmulas e manchetes. Suas declarações sussurradas de conselhos aos seus compatriotas encontrar o eco das ameaças tropejantes para toda a humanidade. Tudo isso porque o nome é conhecido, mas o homem é desconhecido. Tudo isso porque o mundo está assobiando no escuro e em execução a partir de sombras imaginárias.<sup>lviii</sup>

Assim, a Revista lamenta a injustiça que sofrera Getúlio Vargas no episódio do discurso de 11 de junho. O presidente, tratado como um homem pragmático e patriota, só tomou medidas “estranhas” à democracia liberal por força das circunstâncias. Assim, o sistema político brasileiro detém características próprias, cujo âmago só poderia ser compreendido àqueles que conhecessem a história política brasileira:

Não é nosso propósito insistir nas virtudes do regime criado por Getúlio Vargas no Brasil como a solução de problemas em outras partes do mundo. Suas medidas, restrições e requisitos têm sido necessários no Brasil por causa de circunstâncias peculiares. [...] Nós sentimos que somente quem conhece o Brasil e suas circunstâncias estão em posição de julgar suas ações.<sup>lix</sup>

Compreendendo a revista como porta-voz do governo brasileiro, percebem-se as reverberações do discurso de junho na sociedade estadunidense meses após o ocorrido, prejudicando a imagem do país, sendo necessária, portanto, a defesa do Estado Novo por todos os meios disponíveis.

### **Considerações finais**

O objetivo deste texto foi demonstrar como temáticas pouco abordadas pela historiografia das relações internacionais, a exemplo da influência da imprensa ou da opinião pública nas ações externas dos países, são elementos importantes para a compreensão do assunto.

Os dois episódios da cobertura dos jornais estadunidenses sobre assuntos da política interna brasileira ilustram o quão era tenaz à deterioração das relações brasileiro-estadunidenses quando a opinião impressa nos Estados Unidos desfavorecia o Brasil. Exemplificam, portanto, a tensa relação entre imprensa e governo no tocante às ações internas do regime brasileiro e suas repercussões no exterior. Como visto, o impacto negativo dos eventos políticos brasileiros mobilizou autoridades atreladas ao regime do Estado Novo e também ao governo Roosevelt a promover ações no intuito de amenizar as cores das tintas da imprensa estadunidense, o que denota o poder dos grandes jornais ianques no cenário político daquele país.

Assim, convencer o público-alvo (leitores de jornais) dos Estados Unidos, por meio da publicação de matérias jornalísticas que tratassem das boas intenções brasileiras no concerto internacional não era tarefa simples, contudo fundamental aos objetivos políticos de Getúlio Vargas.

## Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p 374-376.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René. Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 196
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: EDUNB, 2008.
- CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo: Ed UNESP, 2000.
- GREEN, David. The containment of Latin America. A history of the myths and realities of Good Neighbor Policy. Chicago: Quadrangle Books, 1971, p 41-46.
- HILTON, Stanley. Oswaldo Aranha: biografia política. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p 256.
- LIMONCIC, Flávio. Os inventores do New Deal. Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p 251.
- LINS, Lindercy. LINS, Lindercy. Tosell a productortosell na idea: a propaganda oficial do Brasil nos EUA (1930-1945). 317 f. 2015 Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p 201, 267.
- MANZUR, Tânia Maria. Opinião pública e política exterior do Brasil (1961-1964). Curitiba: Juruá, 2009.
- MCCANN JR. Frank D. Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945. Rio de Janeiro. BibliEx, 1995, p 153.
- MESQUITA, Júlio de & MESQUITA, Marina. Cartas do exílio. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006, p 163.
- MOLINA, Matias M. Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional. Rio de Janeiro: Ed Globo, 2007.
- MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gérson. Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012 p 66-67.

- PARK, Robert Ezra. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa & MARROCO, Beatriz (orgs). A era glacial do jornalismo. Teorias sociais da imprensa. Volv. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008, p - 71.
- SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3. ed. Barueri: Manone, 2003 p 86.
- SILVA, Hélio. 1939: Véspera de Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SKIDMORE, Tomas. O Brasil visto de fora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994 p 33.
- THE COLUMBIA ELECTRONIC ENCYCLOPEDIA. 6th ed. Columbia University Press, 2012.

Recebido: 20/10/2018

Aceito: 01/03/2019

Publicado: 13/05/2019

---

<sup>i</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN - Campus Central. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH - UERN. Doutor em História Social na Universidade de São Paulo – USP. E-mail: lindercy@gmail.com

<sup>ii</sup> Como exemplo, vale mencionar as notícias sobre o Estado Novo em outros jornais pesquisados – listados apenas as edições de novembro de 1937 - *Jornal Christian Science Monitor 10 e 12 nov. 1937; Jornal Chicago Daily Tribune: 10, 11, 13, 19 e 28 nov.; Jornal Los Angeles Times: 18 e 28 nov.; Jornal The Washington Post: 11, 12, 13, 14 16, 18, 19, 20 e 28 Nov.*

<sup>iii</sup> *Jornal The Washington Post*. Washington, 11 Nov. 1937, p. 1 e 5. (Tradução nossa).

<sup>iv</sup> Edições em que a notícia estampou a primeira página: 11, 12, 14, 16 e 20 Nov. 1937. Além dessas, registra-se matérias nas edições dos dias 13, 14, 19, 20, 21 e 28 nov. 1937 e 04 e 25 dec. 1937.

<sup>v</sup> *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 11 Nov. 1937. p 1. (Tradução nossa).

<sup>vi</sup> *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 11; 12; 13; 14; 16; 17; 19; 20; 21; 22; 25; 26; 27 e 28 Nov. 1937.

<sup>vii</sup> *Jornal The New York Times*. Nova Iorque, 11 Nov. 1937.

<sup>viii</sup> *Jornal The New York Times*. Nova Iorque, 11 Nov. 1937. (Tradução nossa).

<sup>ix</sup> ARANHA, Oswaldo. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 24 nov. 1937. CPDOC GVC 1937.11.24/3.

<sup>x</sup> Jornais: *The Washington Post*. Washington, 13 nov. 1937. p. 3; *Chicago Daily Tribune*. Chicago, 14 nov. 1937. p. 2; *Christian Science Monitor*. Boston, 12 nov. 1937. p. 13.

<sup>xi</sup> Circulares Nº. 1.162, 1163, 1164 e 1165, de 11 nov. 1937. Índice: “Nova organização política”. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano VI, Número 10. Brasília, DF: A Fundação, 2007. p. 267-270.

<sup>xii</sup> Circular Nº. 1.163, de 11 nov. 1937. Índice: “Nova organização política”. Ibid. p. 268-269.

<sup>xiii</sup> *Jornal The New York Times*. Nova Iorque, 14 Nov. 1937. (Tradução nossa).

<sup>xiv</sup> Telegrama do embaixador Caffery ao Secretário de Estado. Rio de Janeiro, 10 Nov. 1937. UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Foreign Relations, 1937. Vol V. p. 312.

<sup>xv</sup> Telegrama do Secretário de Estado Cordell Hull ao embaixador Jefferson Caffery. Washington, 12 Nov. 1937. ARANHA, Oswaldo. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 24 nov. 1937. CPDOC GVC 1937.11.24/3.

<sup>xvi</sup> Circular Nº. 1.167, 17 nov. 1937. Índice: “Nova organização política”. AHI 119/05/06. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano VI, Número 10. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2007. p 271.

- <sup>xvii</sup> ARANHA, Oswaldo. Telegrama a Getúlio Vargas. Washington, 29 nov. 1937. CPDOC. GVC 1937.11.29/2.
- <sup>xviii</sup> ARANHA, Oswaldo. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 24 nov. 1937. CPDOC GVC 1937.11.24/3.
- <sup>xix</sup> ARANHA, Oswaldo. Carta a Getulio Vargas. Washington, 24 nov. 1937. CPDOC GVC 1937.11.24/3.
- <sup>xx</sup> Revista *Life*, 22 nov. 1937. p. 99. Telegrama nº 199 da Embaixada do Brasil nos EUA ao MRE. Washington, 23/24 nov. 1937. AHI. (Tradução nossa).
- <sup>xxi</sup> Apesar de Oswaldo Aranha ter afirmado da suspensão dos anúncios dessas empresas, consultamos as edições de *Life* do mês de novembro de 1937: 01; 08; 15; 22 e 29 nov. 1937 não localizamos qualquer anúncio publicitário de Ford e Goodyear nessas edições, tampouco algum pedido de retratação de *Life* sobre a edição de 22 Nov. 1937. Provavelmente, essa discussão ocorreu nos bastidores.
- <sup>xxii</sup> ARANHA, Oswaldo. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 30 nov. 1937. CPDOC. GVC 1937.11.30/1.
- <sup>xxiii</sup> *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 Nov. 1937. p. 1, 2 e 4.
- <sup>xxiv</sup> ARANHA, Oswaldo. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 30 nov. 1937. CPDOC. GVC 1937.11.30/1.
- <sup>xxv</sup> ARANHA, Oswaldo. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 30 nov. 1937. CPDOC. GVC 1937.11.30/1.
- <sup>xxvi</sup> Aqui, cabe uma ressalva. Por um lado, temos historiadores que defendem a intencionalidade do discurso de 11 de junho, citamos alguns deles: (BANDEIRA, 2007, p. 377-381); (CORSI, 2000, p. 158-164); (MOURA, 1980, p.150-155). Por outro lado, há pesquisadores que analisaram o discurso como não intencional, fruto de questões internas do regime. (SILVA, 1972, p. 208-233) e (MCCAN JR., 1995. p. 154-160).
- <sup>xxvii</sup> VARGAS, Getúlio. Discurso de 11 de junho de 1940 - *No limar de uma nova era*. Discurso pronunciado a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, capitânia da esquadra nacional. In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/21.pdf/view>. Acesso em: 29 jun. 2015.
- <sup>xxviii</sup> *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 12 June 1940 p. 1. (Tradução nossa).
- <sup>xxix</sup> *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 12 June 1940. p. 1 e 8.
- <sup>xxx</sup> *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 12 June 1940. p. 1 e 8; 13 June 1940 e 16 June 1940.
- <sup>xxxi</sup> PEARSON, Andrew R. *Washington Merry-Go-Round*. Nova Iorque, 15 June 1940. (Tradução nossa).
- <sup>xxxii</sup> *Jornal Chicago Daily Tribune*, Chicago, 12 June 1940. p. 8. (Tradução nossa).
- <sup>xxxiii</sup> *Jornal Chicago Daily Tribune*, Chicago, 30 June 1940. p. 4.
- <sup>xxxiv</sup> *Jornal The Washington Post*. Washington, 12 June 1940. (Tradução nossa).
- <sup>xxxv</sup> *Jornal The Christian Science Monitor*. Boston, 12 June 1940. p. 17. (Tradução nossa).
- <sup>xxxvi</sup> Telegrama nº. 164 do Subsecretário de Estado ao Embaixador no Brasil (Caffery). Washington, 11 June 1940. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States diplomatic papers*, 1940. The American Republics. Volume V: U.S. Government Printing Office, 1940. p. 615.
- <sup>xxxvii</sup> Telegrama nº. 167 do Secretário de Estado ao Embaixador no Brasil (Caffery). Washington, 12 June 1940. *Ibid.*, p. 619. Vide declarações do senador Cownaley, da Comissão de Assuntos Externos do Congresso estadunidense: “era tempo de os EUA modificarem sua atitude para com o Brasil”. CORSI. Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed UNESP, 2000. p. 159.
- <sup>xxxviii</sup> Telegrama Nº. 206 do embaixador na Argentina (Armour) ao secretário de Estado (Welles), 11 June 1940. *Ibid.*, p. 619 (Tradução nossa).

<sup>xxxix</sup> Telegrama do Subsecretário de Estado ao presidente Franklin Roosevelt. Washington, 12 June 1940. (Tradução nossa).

<sup>xl</sup> Telegramas nº. 265 e 266 do embaixador dos EUA no Brasil (Caffery) ao Sub-secretário de Estado (Hull). Rio de Janeiro, 11 June 1940. Ibid. p. 617-618. (Tradução nossa).

<sup>xli</sup> Telegrama nº. 267 do embaixador dos EUA no Brasil (Caffery) ao Sub-secretário de Estado (Welles). Rio de Janeiro, 12 June 1940. Ibid. p. 616-617.

<sup>xlii</sup> Comentou-se, outrossim, do impacto do discurso na imprensa estadunidense por meio das notícias da sucursal da *Associated Press* em Buenos Aires e dos comentários do correspondente em Montevideo John White, do jornal *The New York Times*. Telegrama nº. 167 do Secretário de Estado ao Embaixador no Brasil (Caffery). Washington, 12 Jun. 1940; Telegrama do Subsecretário de Estado (Welles) ao Presidente Franklin Roosevelt. Washington, 12 Jun. 1940.

<sup>xliii</sup> MESQUITA FILHO, Júlio de. Carta a Walter Lippmann. Buenos Aires, 23 jun. 1940. Ibid. p. 175.

<sup>xliv</sup> MESQUITA FILHO, Júlio de. Carta a Don Lawrence Duggan. Buenos Aires, 12 nov. 1940.

<sup>xlv</sup> ARANHA, Oswaldo. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 03 maio 1935. CPDOC Gv. 1937.05.03/12; VARGAS, Getúlio. Carta a Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro, 14 maio 1937. CPDOC. GVC 1937.05.14/2.

<sup>xlvi</sup> Ver coletânea de telegramas: *Repercussions of a speech by president Vargas of Brazil, delivered June 11, 1940*. Nº. 206, 265 e 266, 11 June, 1940; nº. 167, 206, 267, 271, 272, 12 June, 1940; nº. 275, 13 June, 1940; nº. 3148, 14 June; nº. 287 de 17 June 1940; *Memorandum of conversations, by the Secretary of State, 13 June, 1940*; *Comuniqué issued by the Department of Press and Propaganda de 14 June 1940*; *Draft of telegram from President Roosevelt to the President of Brazil (Vargas), 25 June. 1940*; nº. 313, 28 June 1940; nº. 318, 29 June 1940. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940*. The American Republics. Volume V: U.S. Government Printing Office, 1940. p. 615-626.

O relatório da O.S.S (Office of Strategic Services) também menciona que o discurso foi “interpretado” como pró Eixo, sem contudo, afirmar que realmente o foi. Cf. UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE . O.S.S. *Preliminary report the elements of insecurity in Brazil*. 13 Oct. 1941. Microfilme. Rolo 1. CEDEM. (Tradução nossa).

<sup>xlvii</sup> Cf. Coletânea de telegramas e memorandos *Assistance by the Department of State to the Government of Brazil in establishing a steel industry*. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940*. The American Republics. Volume V: U.S. Government Printing Office, 1940. p. 600-615.

<sup>xlviii</sup> Telegrama do Subsecretário de Estado ao Presidente Roosevelt. Washington, 12 jun. 1940. Ibid. (Tradução nossa).

<sup>xlix</sup> PEARSON, Andrew R. *Washington Merry-Go-Round*. Nova Iorque, 10 June 1940. (Tradução nossa).

<sup>1</sup> A *Reconstruction Finance Corporation* (RFC), criada em 1932, foi uma agência do governo dos EUA encarregada de realizar empréstimos. Durante o governo Franklin Roosevelt o RFC – tendo a frente o Secretário do Comércio, o milionário Jesse Jones (nomeado administrador do empréstimo federal, em 1940) – passou a financiar a construção e operação de usinas de guerra e emprestar recursos a governos estrangeiros. Fonte: *The Columbia Electronic Encyclopedia*. 6th ed. Columbia University Press, 2012. In: <http://www.infoplease.com/encyclopedia/history/reconstruction-finance-corporation.html>. Acesso em: 02 ago. 2015. (Tradução nossa).

<sup>li</sup> Circular telegráfica nº. 1.435, 12 jun. 1940. AHI. 444/05/07. In: Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano VI, Número 10. Brasília, DF: A Fundação, 2007. p. 29.

<sup>lii</sup> Circular telegráfica nº. 1.454, 13 Jun. 1940. AHI. 432/04/15. Ibid. p. 30.

Essa declaração foi entregue pelo embaixador do Brasil nos EUA, Carlos Martins, ao Subsecretário de Estado, Summer Welles, para que ele enviasse ao presidente Roosevelt. Telegrama do Sub-secretário Welles ao embaixador dos EUA no Brasil Caffery. Washington, 14 June 1940. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940*. The American Republics. Volume V: U.S. Government Printing Office, 1940. p. 621.

<sup>liii</sup> Memorando de conversações do Secretário de Estado. Washington, 13 June 1940. Ibid. p. 621; (MCCANN JR., 1995: 155).

---

<sup>liv</sup> Telegrama nº 313, do embaixador Caffery ao Secretário de Estado Cordell Hull. Rio de Janeiro, 28 June 1940. *Ibid.* p. 625; Telegrama nº. 318 do embaixador Caffery ao Secretário de Estado Cordell Hull. Rio de Janeiro, 28 June 1940. *Ibid.* p. 625-626; (BANDEIRA, 2007:379).

<sup>lv</sup> Revista *Brazil Today*. Ano 1, n. 1, sept. 1940. p. 11-12. (Tradução nossa).

<sup>lvi</sup> Revista *Brazil Today*. Ano 1, n. 1, sept. 1940. p. 12. (Tradução nossa).

<sup>lvii</sup> Revista *Brazil Today*. Ano 1, n.1, sept. 1940. p. 13. (Tradução nossa).

<sup>lviii</sup> Revista *Brazil Today*. Ano 1, n.1, sept. 1940. p. 2. (Tradução nossa).

<sup>lix</sup> Revista *Brazil Today*. Ano 1, n.1, sept. 1940. p. 2. (Tradução nossa).